

# CRM MS

Advogado



**Editais verticalizados**

Conselho Regional de  
Medicina de Mato Grosso  
do Sul

 O que cai  
**na prova**



## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### LÍNGUA PORTUGUESA

- 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
- 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
- 3 Domínio da ortografia oficial.
- 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.
  - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.
  - 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.
- 5 Domínio da estrutura morfossintática do período.
  - 5.1 Emprego das classes de palavras.
  - 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.
  - 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.
  - 5.4 Emprego dos sinais de pontuação.
  - 5.5 Concordância verbal e nominal.
  - 5.6 Regência verbal e nominal.
  - 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.
  - 5.8 Colocação dos pronomes átonos e tônicos.
- 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.
  - 6.1 Significação das palavras: sinonímia, antonímia, paronímia, homonímia e polissemia.
    - 6.1.1 Denotação e conotação.
  - 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.
  - 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.
  - 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.
- 7 Funções e figuras de linguagem.
- 8 Redação oficial: aspectos gerais, características fundamentais, padrões, emprego e concordância dos pronomes de tratamento.

## **RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA**

- 1 Princípios de contagem e probabilidade.
- 2 Arranjos e permutações.
- 3 Combinações.
- 4 Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais e reais) e operações com conjuntos.
- 5 Razões e proporções (grandezas diretamente proporcionais, grandezas inversamente proporcionais, porcentagem, regras de três simples e compostas).
- 6 Compreensão de estruturas lógicas.
- 7 Lógica de argumentação (analogias, inferências, deduções e conclusões).
- 8 Diagramas lógicos.
- 9 Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando funções de raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos e discriminação de elementos.

## **NOÇÕES DE INFORMÁTICA (EXCETO PARA O CARGO ANALISTA DE INFORMÁTICA)**

- 1 Conceitos fundamentais de informática:
  - 1.1 Tipos de computadores.
  - 1.2 Conceitos de hardware e software.
  - 1.3 Instalação de periféricos.
- 2 Aplicativos de escritório:
  - 2.1 Edição de textos, planilhas e apresentações no ambiente Microsoft Office 365.
  - 2.2 Utilização de ferramentas modernas como Microsoft Teams e Google Meet.
- 3 Sistemas Operacionais:
  - 3.1 Noções de sistema operacional (ambiente Windows 10 e Windows 11).
- 4 Redes de Computadores:
  - 4.1 Conceitos básicos de redes.
  - 4.2 Ferramentas e aplicativos de Internet e intranet.
- 5 Navegadores e programas de navegação:
  - 5.1 Mozilla, Firefox e Google Chrome.
- 6 Correio eletrônico:

- 6.1 Uso do programa MS Outlook.
- 7 Pesquisa na Internet:
  - 7.1 Sítios de busca e pesquisa na Internet.
- 8 Organização e Gerenciamento de informações:
  - 8.1 Gerenciamento de arquivos, pastas e programas.
- 9 Segurança da informação:
  - 9.1 Procedimentos de segurança.
  - 9.2 Noções de vírus, worms e pragas virtuais.
  - 9.3 Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispyware).
- 10 Procedimentos de backup:
  - 10.1 Noções de backup de dados e arquivos.

## **LÍNGUA INGLESA (SOMENTE PARA O CARGO ANALISTA DE INFORMÁTICA)**

- 1 Compreensão de textos escritos em língua inglesa.
- 2 Itens gramaticais relevantes para compreensão dos conteúdos semânticos.
- 2 Interpretação de textos de manuais técnicos; gramática; substantivos; artigos; adjetivos; pronomes; verbos; auxiliares modais; advérbios; preposições e conjunções.

## **CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES**

### **LEGISLAÇÃO E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

- 1 Ética e função pública.
  - 1.2 Ética no setor público.
- 2 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações: medidas contra atos de improbidade administrativa.
- 3 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações: regula o processo administrativo na administração pública.

4 Lei nº 12.527/2011 e Decreto nº 7.724/2012: Acesso à informação (LAI).

5 Lei nº 13.709/2018: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

## ATUALIDADES

1 Política Nacional e Internacional:

1.1 Eventos políticos recentes no Brasil e no mundo. 1.2 Relações internacionais, tratados, acordos, conflitos, etc.

2 Economia:

2.1 Eventos econômicos relevantes.

3 Sociedade e Cultura:

3.1 Questões sociais, como saúde, educação, segurança, meio ambiente.

3.2 Tendências culturais e sociais.

3.3 Avanços científicos e tecnológicos.

4 Meio Ambiente:

4.1 Mudanças climáticas e sustentabilidade.

4.2 Eventos ambientais significativos.

4.3 Questões relacionadas à conservação e preservação ambiental.

5 Tecnologia e Inovação:

5.1 Novas tecnologias e inovações.

5.2 Desenvolvimentos na área de ciência da computação, internet e inteligência artificial.

6 Relações Internacionais:

6.1 Discussões sobre questões globais.

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## 1 DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1.1 Constituição. 1.1.1 Conceito, objeto, elementos e classificações.
- 1.1.2 Supremacia da Constituição.
- 1.1.3 Aplicabilidade das normas constitucionais.
- 1.1.4 Interpretação das normas constitucionais.
- 1.2 Poder constituinte. 1.2.1 Características.
- 1.2.2 Poder constituinte originário.
- 1.2.3 Poder constituinte derivado.
- 1.3 Princípios fundamentais. 1.4 Direitos e garantias fundamentais.
- 1.4.1 Direitos e deveres individuais e coletivos.
- 1.4.2 Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data.
- 1.4.3 Direitos sociais.
- 1.4.4 Nacionalidade.
- 1.4.5 Direitos políticos.
- 1.4.6 Partidos políticos.
- 1.5 Organização do Estado.
- 1.5.1 Organização político-administrativa.
- 1.5.2 Estado federal brasileiro.
- 1.5.3 A União.
- 1.5.4 Estados federados.
- 1.5.5 Municípios.
- 1.5.6 O Distrito Federal.
- 1.5.7 Territórios.
- 1.6 Administração Pública.
- 1.6.1 Disposições gerais.
- 1.6.2 Servidores públicos.
- 1.6.3 Militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.
- 1.7 Organização dos poderes no Estado.
- 1.7.1 Mecanismos de freios e contrapesos.
- 1.7.2 Poder Legislativo.

- 1.7.3 Poder Executivo.
- 1.7.4 Poder Judiciário.
- 1.8 Funções essenciais à Justiça.
- 1.8.1 Ministério Público.
- 1.8.2 Advocacia Pública.
- 1.9 Controle da constitucionalidade.
- 1.9.1 Sistemas gerais e sistema brasileiro.
- 1.9.2 Controle incidental ou concreto.
- 1.9.3 Controle abstrato de constitucionalidade.
- 1.9.4 Exame in abstractu da constitucionalidade de proposições legislativas.
- 1.9.5 Ação declaratória de constitucionalidade.
- 1.9.6 Ação direta de inconstitucionalidade.
- 1.9.7 Arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- 1.9.8 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- 1.9.9 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva.
- 1.10 Defesa do Estado e das instituições democráticas.
- 1.11 Sistema Tributário Nacional. 1.11.1 Princípios gerais.
- 1.11.2 Limitações do poder de tributar.
- 1.11.3 Impostos da União, dos estados e dos municípios.
- 1.11.4 Repartição das receitas tributárias.
- 1.12 Finanças públicas. 1.12.1 Normas gerais.
- 1.12.2 Orçamentos.
- 1.13 Ordem econômica e financeira.
- 1.13.1 Princípios gerais da atividade econômica.
- 1.14 Ordem social.

## **2 DIREITO ADMINISTRATIVO**

- 2.1 Introdução ao direito administrativo.
- 2.1.1 Origem, natureza jurídica e objeto do direito administrativo.
- 2.1.2 Os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo.
- 2.1.3 Fontes do direito administrativo.
- 2.2 Administração Pública.

- 2.2.1 Administração pública em sentido amplo e em sentido estrito.
- 2.2.2 Administração pública em sentido objetivo e em sentido subjetivo.
- 2.3 Regime jurídico-administrativo. 2.3.1 Conceito.
- 2.3.2 Conteúdo: supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos.
- 2.3.3 Princípios expressos e implícitos da administração pública.
- 2.3.4 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
- 2.4 Organização administrativa.
- 2.4.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração.
- 2.4.2 Administração direta.
- 2.4.3 Administração indireta.
- 2.5 Atos administrativos. 2.5.1 Conceito.
- 2.5.2 Fatos da administração, atos da administração e atos administrativos.
- 2.5.3 Requisitos ou elementos.
- 2.5.4 Atributos.
- 2.5.5 Classificação.
- 2.5.6 Atos administrativos em espécie.
- 2.5.7 O silêncio no direito administrativo.
- 2.5.8 Extinção dos atos administrativos: revogação, anulação e cassação.
- 2.5.9 Convalidação.
- 2.5.10 Vinculação e discricionariedade.
- 2.5.11 Atos administrativos nulos, anuláveis e inexistentes.
- 2.5.12 Decadência administrativa.
- 2.6 Processo administrativo. 2.6.1 Disposições doutrinárias aplicáveis.
- 2.7 Poderes e deveres da Administração Pública.
- 2.7.1 Poder regulamentar.
- 2.7.2 Poder hierárquico.
- 2.7.3 Poder disciplinar.
- 2.7.4 Poder de polícia.
- 2.7.5 Dever de agir.
- 2.7.6 Dever de eficiência.
- 2.7.7 Dever de probidade.
- 2.7.8 Dever de prestação de contas.

2.7.9 Uso e abuso do poder.

2.8 Licitações: 2.8.1 Conceito, objeto, finalidades, princípios, obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade, vedação, modalidades, procedimentos, fases, revogação, invalidação, desistência e controle.

2.9 Contratos administrativos.

2.9.1 Legislação pertinente.

2.9.1.1 Lei nº 14.133/2021.

2.9.1.2 Decreto nº 10.024/2019.

2.9.2 Disposições doutrinárias. 2.9.2.1 Conceito.

2.9.2.2 Características.

2.9.2.3 Vigência.

2.9.2.4 Alterações contratuais.

2.9.2.5 Execução, inexecução e rescisão.

2.9.2.6 Convênios e instrumentos congêneres.

2.10 Controle da administração pública. 2.10.1 Conceito.

2.10.2 Classificação das formas de controle.

2.10.2.1 Conforme a origem.

2.10.2.2 Conforme o momento a ser exercido.

2.10.2.3 Conforme a amplitude.

2.10.3 Controle exercido pela administração pública.

2.10.4 Controle legislativo.

2.10.5 Controle judicial.

2.10.6 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

2.11 Agentes públicos.

2.11.1 Legislação pertinente.

2.11.2 Disposições constitucionais aplicáveis.

2.11.3 Disposições doutrinárias. 2.11.3.1 Conceito.

2.11.3.2 Espécies.

2.11.3.3 Cargo, emprego e função pública.

2.11.3.4 Provimento.

2.11.3.5 Vacância.

2.11.3.6 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade.

2.11.3.7 Remuneração.

- 2.11.3.8 Direitos e deveres.
- 2.11.3.9 Responsabilidade.
- 2.11.3.10 Processo administrativo disciplinar.
- 2.12 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
- 2.13 Responsabilidade civil do Estado.
  - 2.13.1 Evolução histórica.
  - 2.13.2 Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado.
  - 2.13.3 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.
    - 2.13.3.1 Responsabilidade por ato comissivo do Estado.
    - 2.13.3.2 Responsabilidade por omissão do Estado.
  - 2.13.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.
  - 2.13.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.
  - 2.13.6 Reparação do dano.
  - 2.13.7 Direito de regresso.
  - 2.13.8 Responsabilidade primária e subsidiária.
  - 2.13.9 Responsabilidade do Estado por atos legislativos.
  - 2.13.10 Responsabilidade do Estado por atos judiciais.

## **DIREITO CIVIL**

- 3.1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro.
  - 3.1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.
  - 3.1.2 Conflito das leis no tempo.
  - 3.1.3 Eficácia das leis no espaço.
- 3.2 Pessoas naturais. 3.2.1 Conceito.
  - 3.2.2 Início da pessoa natural.
  - 3.2.3 Personalidade.
  - 3.2.4 Capacidade.
  - 3.2.5 Direitos da personalidade.
  - 3.2.6 Nome civil.
  - 3.2.7 Estado civil.
  - 3.2.8 Domicílio.
  - 3.2.9 Ausência.

- 3.3 Pessoas jurídicas. 3.3.1 Disposições Gerais.
- 3.3.2 Conceito e Elementos Caracterizadores.
- 3.3.3 Constituição.
- 3.3.4 Extinção.
- 3.3.5 Capacidade e direitos da personalidade.
- 3.3.6 Domicílio.
- 3.3.7 Sociedades de fato.
- 3.3.8 Associações.
- 3.3.9 Sociedades.
- 3.3.10 Fundações.
- 3.3.11 Grupos despersonalizados.
- 3.3.12 Desconsideração da personalidade jurídica.
- 3.3.13 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios.
- 3.4 Bens.
- 3.4.1 Diferentes classes.
- 3.4.2 Bens Corpóreos e incorpóreos.
- 3.4.3 Bens no comércio e fora do comércio.
- 3.5 Fato jurídico.
- 3.6 Negócio jurídico.
- 3.6.1 Disposições gerais.
- 3.6.2 Classificação e interpretação.
- 3.6.3 Elementos.
- 3.6.4 Representação.
- 3.6.5 Condição, termo e encargo.
- 3.6.6 Defeitos do negócio jurídico.
- 3.6.7 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico.
- 3.6.8 Simulação.
- 3.7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos.
- 3.8 Prescrição e decadência.
- 3.9 Prova do fato jurídico.
- 3.10 Obrigações. 3.10.1 Características.
- 3.10.2 Elementos 3.10.3 Princípios.
- 3.10.4 Boa-fé.

- 3.10.5 Obrigação complexa: a obrigação como um processo.
- 3.10.6 Obrigações de dar.
- 3.10.7 Obrigações de fazer e de não fazer.
- 3.10.8 Obrigações alternativas e facultativas.
- 3.10.9 Obrigações divisíveis e indivisíveis.
- 3.10.10 Obrigações solidárias.
- 3.10.11 Obrigações civis e naturais, de meio, de resultado e de garantia.
- 3.10.12 Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada.
- 3.10.13 Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais.
- 3.10.14 Obrigações líquidas e ilíquidas.
- 3.10.15 Obrigações principais e acessórias.
- 3.10.16 Transmissão das obrigações.
- 3.10.17 Adimplemento e extinção das obrigações.
- 3.10.18 Inadimplemento das obrigações.
- 3.11 Contratos. 3.11.1 Princípios.
- 3.11.2 Classificação.
- 3.11.3 Contratos em geral.
- 3.11.4 Disposições gerais.
- 3.11.5 Interpretação.
- 3.11.6 Extinção.
- 3.11.7 Espécies de contratos regulados no Código Civil.
- 3.12 Atos unilaterais.
- 3.13 Direito de família.
- 3.13.1 Casamento.
- 3.13.2 Relações de parentesco.
- 3.13.3 Regime de bens entre os cônjuges.
- 3.13.4 Usufruto e administração dos bens de filhos menores.
- 3.13.5 Alimentos.
- 3.13.6 Bem de família.
- 3.13.7 União estável.
- 3.13.8 Concubinato.
- 3.13.9 Tutela.
- 3.13.10 Curatela.

3.14 Direito das sucessões.

3.14.1 Sucessão em geral.

3.14.2 Sucessão legítima.

3.14.3 Sucessão testamentária.

3.14.4 Inventário e partilha.

3.15 Lei nº 8.245/1991 e alterações: locação de imóveis urbanos e alterações.

3.15.1 Locação em geral, sublocações, aluguel, deveres do locador e do locatário, direito de preferência, benfeitorias, garantias locatícias, penalidades civis, nulidades, locação não residencial.

## **4 DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

4.1 Lei nº 13.105/2015 – Novo Código de Processo Civil.

4.1.1 Normas processuais civis.

4.1.2 Função jurisdicional.

4.1.3 Ação.

4.1.4 Pressupostos processuais.

4.1.5 Preclusão.

4.1.6 Sujeitos do processo.

4.1.7 Litisconsórcio.

4.1.8 Intervenção de terceiros.

4.1.9 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.

4.1.10 Ministério Público.

4.1.11 Advocacia Pública.

4.1.12 Defensoria Pública.

4.1.13 Atos processuais.

4.1.14 Tutela provisória.

4.1.15 Formação, suspensão e extinção do processo.

4.1.16 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença.

4.1.17 Procedimentos Especiais.

4.1.18 Procedimentos de jurisdição voluntária.

4.1.19 Processos de execução.

4.1.20 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.

4.2 Mandado de segurança.

## 5 DIREITO TRIBUTÁRIO

5.1 Lei nº. 6.830/80.

5.2 Obrigação Tributária: conceito, natureza jurídica, fato gerador da obrigação principal, fato gerador da obrigação acessória, fato gerador e hipótese de incidência, sujeito ativo, sujeito passivo, solidariedade, benefício de ordem, efeitos da solidariedade, capacidade tributária, domicílio tributário, responsabilidade tributária, responsabilidade dos sucessores, fusão, transformação ou incorporação, continuação da atividade, responsabilidade de terceiros.

5.3 Crédito tributário: constituição do crédito tributário, lançamento, critérios jurídicos no lançamento, modalidades de lançamento, revisão do lançamento, suspensão do crédito tributário, extinção do crédito tributário, pagamento, compensação, transação, remissão, decadência, prescrição, conversão de depósito em renda, pagamento antecipado, consignação em pagamento, exclusão do crédito tributário, distinção entre isenção, não incidência e imunidade, anistia.

5.4 Administração Tributária: fiscalização, sigilo comercial, dever de informar e sigilo profissional, sigilo fiscal, auxílio da força pública, excesso de exação, dívida ativa, certidões negativas.

## 6 DIREITO DO TRABALHO

6.1 Princípios e fontes do direito do trabalho.

6.2 Direitos constitucionais dos trabalhadores.

6.3 Relação de trabalho e relação de emprego.

6.3.1 Requisitos e distinção.

6.4 Sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu.

6.4.1 Empregado e empregador: conceito e caracterização.

6.4.2 Poderes do empregador no contrato de trabalho.

6.5 Contrato individual de trabalho.

6.5.1 Conceito, classificação e características.

6.6 Alteração do contrato de trabalho.

- 6.6.1 Alteração unilateral e bilateral.
- 6.6.2 O jus variandi.
- 6.7 Suspensão e interrupção do contrato de trabalho.
  - 6.7.1 Caracterização e distinção.
- 6.8 Rescisão do contrato de trabalho.
  - 6.8.1 Justa causa.
  - 6.8.2 Rescisão indireta.
  - 6.8.3 Dispensa arbitrária.
  - 6.8.4 Culpa recíproca.
  - 6.8.5 Indenização.
- 6.9 Aviso prévio.
- 6.10 Estabilidade e garantias provisórias de emprego.
  - 6.10.1 Formas de estabilidade.
  - 6.10.2 Despedida e reintegração de empregado estável.
- 6.11 Duração do trabalho.
  - 6.11.1 Jornada de trabalho.
  - 6.11.2 Períodos de descanso.
  - 6.11.3 Intervalo para repouso e alimentação.
  - 6.11.4 Descanso semanal remunerado.
  - 6.11.5 Trabalho noturno e trabalho extraordinário.
  - 6.11.6 Sistema de compensação de horas.
- 6.12 Salário-mínimo.
  - 6.12.1 Irredutibilidade e garantia.
- 6.13 Férias.
  - 6.13.1 Direito a férias e sua duração.
  - 6.13.2 Concessão e época das férias.
  - 6.13.3 Remuneração e abono de férias.
- 6.14 Salário e remuneração.
  - 6.14.1 Conceito e distinções.
  - 6.14.2 Composição do salário.
  - 6.14.3 Modalidades de salário.
  - 6.14.4 Formas e meios de pagamento do salário.
  - 6.14.5 13o salário.

- 6.15 Equiparação salarial.
  - 6.15.1 Princípio da igualdade de salário.
  - 6.15.2 Desvio de função.
- 6.16 FGTS.
- 6.17 Prescrição e decadência.
- 6.18 Atividades insalubres ou perigosas.
- 6.19 Proteção ao trabalho da mulher.
  - 6.19.1 Estabilidade da gestante.
  - 6.19.2 Licença maternidade.
- 6.20 Direito coletivo do trabalho.
  - 6.20.1 Convenção nº 87 da OIT: liberdade sindical.
  - 6.20.2 Organização sindical.
  - 6.20.3 Conceito de categoria.
  - 6.20.4 Categoria diferenciada.
  - 6.20.5 Convenções e acordos coletivos de trabalho.
- 6.21 Direito de greve e serviços essenciais.
- 6.22 Comissões de conciliação prévia.

## **7 DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

- 7.1 Procedimentos nos dissídios individuais.
  - 7.1.1 Reclamação.
  - 7.1.2 Jus postulandi.
  - 7.1.3 Revelia.
  - 7.1.4 Exceções.
  - 7.1.5 Contestação.
  - 7.1.6 Reconvenção.
  - 7.1.7 Partes e procuradores.
  - 7.1.8 Audiência.
  - 7.1.9 Conciliação.
  - 7.1.10 Instrução e julgamento.
  - 7.1.11 Justiça gratuita.
- 7.2 Provas no processo do trabalho.

- 7.2.1 Interrogatórios.
- 7.2.2 Confissão e consequências.
- 7.2.3 Documentos.
- 7.2.4 Oportunidade de juntada.
- 7.2.5 Prova técnica.
- 7.2.6 Sistemática da realização das perícias.
- 7.2.7 Testemunhas.
- 7.3 Recursos no processo do trabalho.
- 7.3.1 Disposições gerais.
- 7.4 Processos de execução.
- 7.4.1 Liquidação.
- 7.4.2 Modalidades da execução.
- 7.4.3 Embargos do executado – impugnação do exequente.
- 7.5 Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.
- 7.5.1 Súmulas e orientações jurisprudenciais.
- 7.6 Prescrição e decadência no processo do trabalho.
- 7.7 Competência da justiça do trabalho.
- 7.8 Rito sumaríssimo no dissídio individual.
- 7.9 Comissão prévia de conciliação nos dissídios individuais.
- 7.10 Ação rescisória no processo do trabalho.
- 7.11 Mandado de segurança.
- 7.11.1 Cabimento no processo do trabalho.
- 7.12 Dissídios coletivos.

## **8 LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:**

Código de Ética Médica (aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018, modificado pelas Resoluções CFM nº 2.222/2018 e 2.226/2019).

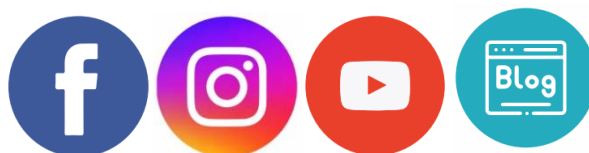
Código de Processo Ético-Profissional (Resolução CFM Nº 2.306/2022).

Competências do Departamento de Fiscalização (Resolução CFM nº 2.214/2018).

Publicidade Médica (Resolução CFM nº 2.336/2023).

## CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



**BONS ESTUDOS!**